

Uma receita para a renegociação da dívida

Refinanciar parcela dos juros da dívida externa a partir de 1987, reduzir o spread (taxa de risco) para os níveis hoje em vigor no mercado internacional e reconquistar os empréstimos dos bancos e das entidades oficiais. A tese foi defendida ontem pelo professor Paulo Nogueira Batista Jr., membro da Fundação Getúlio Vargas e ex-assessor do ministro do Planejamento, João Sayad, no 14º Encontro Nacional de Economia que se realiza no Hotel Nacional, em Brasília.

Luciano Coutinho, secretário geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), falando no mesmo encontro, disse que as contradições entre credores e devedores vão acentuar-se enquanto os governos dos países ricos não mudarem as regras bancárias.

"Não parece factível, nem recomendável ao País, que se mantenha o atual *status quo* com a remessa, ao Exterior, de 4% a 5% do Produto Interno Bruto", assinalou Nogueira Batista. Considerou "elevados demais" os spreads que o Brasil paga hoje sobre a dívida externa (de 1,25% e de 1,12% sobre o total refinanciado de 85 e 86 e de 2% sobre o saldo dos débitos), por entender que as taxas de risco em vigor no momento na Europa se situam entre 0,12% e 0,5% para empréstimos acima de US\$ 250 milhões.

Acrescentou que, para manter a situação atual, o País precisará ter um superávit comercial de no mínimo US\$ 12,5 bilhões por ano ou de 6% do PIB, maior até em

comparação com o do Japão e da Alemanha Ocidental.

"Para elevar o superávit a esse nível em 1987, o governo terá de conter a demanda e aplicar um choque na taxa de câmbio. Mas para que isso ocorra haverá que renunciar aos compromissos com a sociedade, de não fazer recessão e de realizar uma política de redistribuição social da renda", assinalou o professor da FGV. Depois de traçar um quadro internacional "nada favorável para os países devedores", Coutinho destacou que o Brasil tem características menos frágeis que os demais países, o que permite que o País renegocie sem uma prévia suspensão dos pagamentos da dívida externa. Nesse ponto, advertiu: os que pregam a moratória fazem-no por razões ideológicas, sem prever retaliações. "Seria a mesma coisa que duas superpotências desencadearem uma guerra nuclear", comparou.

Coutinho previu para 1987 um panorama de menor crescimento das economias dos países desenvolvidos, o que resultará na queda das exportações do Terceiro Mundo. Assinalou que uma elevação das taxas de juros soaria como uma catástrofe. Queixou-se da redução dos empréstimos dos países ricos aos pobres, que caíram de US\$ 50 bilhões em 1981 para US\$ 12 bilhões em 1986. Ainda assim, a partir de 1982, pelo menos dois terços dos financiamentos bancários e oficiais aos devedores só aconteceram por pressão do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA.